

Ulysses sonha em ser o condestável de Sarney?

Haroldo Hollanda

Mesmo que o Presidente Tancredo Neves se recupere dos problemas de saúde que enfrenta no momento, a sua posse na Presidência da República não ocorrerá de imediato. Isso ocasionará um longo período de interinidade para o Vice-Presidente José Sarney no exercício da Presidência da República. Qual o papel a ser exercido pelo deputado Ulysses Guimarães, como presidente do PMDB, nessa fase do Governo a ser exercida por Sarney, com plenos poderes? Pretenderá Ulysses Guimarães desempenhar o papel de condestável do regime? Estas inquietantes perguntas eram lançadas ontem ao ar, em sucessivas reuniões políticas realizadas em Brasília, todas elas promovidas com a finalidade de acompanhar o desdobramento do atual quadro político brasileiro.

Há até quem admita a possibilidade de que numa primeira etapa o Presidente em exercício, José Sarney, possa e venha a admitir a presença incômoda ao seu lado do condestável do regime. Mas à medida que o Presidente em exercício for ganhando força e desembaraço em seus movimentos políticos, é natural que ele procure se desencilhar do jugo político a ele imposto pelo presidente do PMDB. Aliás, logo no início dessa sua interinidade na Presidência, num dos seus desabaços junto a políticos que a ele têm acesso, o Vice-Presidente da República afirmou não estar disposto a submeter-se a qualquer tipo de tutela política.

O Vice-Presidente, político sensível como é, deve conhecer as limitações políticas com as quais chega ao exercício da Presidência da República. Se o Presidente Tancredo Neves ficar definitivamente impossibilitado para o exercício da Presidência da República, se formarão de imediato alguns grupos contestatórios à presença de Sarney no Planalto, capitaneados pelo PDS malufista, que o abomina como adversário político, como também entre alguns setores de esquerda do PMDB. Sem falar ainda nas ações políticas de caráter perturbador a serem desenvolvidas tanto pelo Governo Leonel Brizola, do PDT, como por tema das eleições diretas já ou em 86. Nas últimas 48 horas vários grupos políticos do PMDB e da Frente Liberal puseram-se em atividade e articulam várias ações políticas com o propósito de mostrar a seus corelegionários e a todos os políticos de um modo geral que a preservação da autoridade do Presidente em exercício, José Sarney, interessa à própria sobrevivência do poder civil. Os que articulam no PMDB essa iniciativa política pacificadora acham que se Ulysses persistir em assumir a posição de condestável do regime, ele em pouco tempo poderá ver o chão fugir sob os seus pés, pois não contará para tanto com a solidariedade das suas bases partidárias.

No entender de muitos parlamentares de opinião equilibrada e sensata, Sarney, na Presidência da República, deve situar-se acima dos partidos que o apóiam. «O Ulysses sonha, se acha que vai governar no lugar do Sarney», comentava ontem à tarde influente líder do PMDB nordestino. Lembrava, a propósito, que no Brasil o regime é presidencialista. A Presidência da República, pela sua própria natureza, exerce papel importante, como elemento calizador de todas as ações políticas. Há ainda três elementos, segundo o mesmo político, que contribuem para fortalecer a posição de Sarney: a consciência nacional, em favor da manutenção do poder civil; a posição legalista das Forças Armadas e, por fim, os inúmeros interesses que giram em torno da Presidência da República. O mesmo político recordava ainda que é mais fácil permanecer no trono do que ser dele retirado. Se o Presidente Tancredo Neves não tiver mais condições de assumir a Presidência da República e se Sarney for obrigado a substituí-lo em caráter efetivo, o ponto de vista a prevalecer será o de que se deve dar a ele, na futura Constituinte, um mandato de quatro anos. Idêntico compromisso o Presidente Tancredo Neves já havia assumido anteriormente perante a Nação brasileira. Não há dúvida de que Brizola, Lula, alguns grupos minoritários de esquerda do PMDB e os malufistas do PDS tentarão levantar a bandeira das diretas já ou em 86, mas a palavra de bom senso que acabará prevalecendo será a das eleições diretas em 88, precedida, anteriormente, da Constituinte em 86, a fim de que o País possa alcançar o seu objetivo democrático com solidez e em clima de paz e concórdia.